



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 60, DE 2018

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2018, que Altera dispositivo da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para obrigar a notificação de faltas escolares ao Conselho Tutelar quando superiores a 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei.

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia

RELATOR: Senador Cristovam Buarque

RELATOR ADHOC: Senador José Medeiros

04 de Dezembro de 2018



PARECER Nº DE 2018

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2018 (Projeto de Lei nº 6.137, de 2013, na Casa de origem), da Deputada Keiko Ota, que *altera dispositivo da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para obrigar a notificação de faltas escolares ao Conselho Tutelar quando superiores a 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei.*

Relator: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

I – RELATÓRIO

Vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 89, de 2018 (Projeto de Lei nº 6.137, de 2013, na Casa de origem), de autoria da Deputada Keiko Ota. A iniciativa pretende obrigar a notificação de faltas escolares ao Conselho Tutelar quando superiores a 30% do percentual permitido em lei.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi apreciada em Plenário, em regime de urgência, pelas Comissões de Educação e Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), tendo logrado aprovação na forma de substitutivo apresentado pela primeira. Ao chegar ao Senado Federal, a matéria foi distribuída exclusivamente à CE, não tendo recebido emendas.

Ao justificar a iniciativa, a autora defende ser necessário um acompanhamento mais rigoroso da presença dos alunos nas escolas e argumenta que a redução do percentual de faltas necessárias para que seja notificado o Conselho Tutelar resultará em uma intervenção mais precoce do Poder Público, minimizando os prejuízos à aprendizagem.



II – ANÁLISE

O PLC nº 89, de 2018, aborda matéria de natureza educacional e está, portanto, sujeito ao exame de mérito da CE, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Compete, ainda, a este Colegiado emitir parecer sobre a constitucionalidade e a juridicidade da proposição em referência, uma vez que, nesta Casa legislativa, ela foi distribuída unicamente a esta Comissão.

No tocante à constitucionalidade, o projeto de lei cuida de assunto da competência legislativa da União e está de acordo com os preceitos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional (art. 48) e à legitimidade da iniciativa legislativa dos parlamentares (art. 61). Também estão atendidos os requisitos de juridicidade da proposição em exame.

Quanto ao mérito, temos que a evasão escolar e a repetência são dois problemas preocupantes da educação brasileira, especialmente no ensino médio, ocasionadas em grande parte por faltas excessivas e falta de interesse do aluno perante o conteúdo das aulas. Outra razão que leva a esses dois indesejados quadros é a falta de maior envolvimento da família com vida escolar do estudante.

Independentemente dessas questões, é certo que o Estado precisa ser atuante na redução do número de faltas para efetivamente cumprir seu dever de oferecer a educação. É necessário que sua atuação possa acontecer antes que faltas exageradas propiciem a repetência, ou pior, o desligamento do aluno da instituição de ensino.

O Conselho Tutelar é justamente o órgão público encarregado pela sociedade de atuar na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Assim, sua notificação em caso de faltas escolares, quando superiores a 30% do percentual permitido em lei, e não mais somente quando superiores a 50%, permitirá a atuação mais oportuna do Estado na vida escolar do estudante faltante. Essa atuação mais antecipada pode reduzir a repetência e evasão escolar.

Nesse sentido, é inegável o mérito da proposição analisada.



III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2018.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Relatório de Registro de Presença
CE, 04/12/2018 às 11h30 - 48ª, Extraordinária
Comissão de Educação, Cultura e Esporte

| MDB | | | |
|--------------------|----------|------------------|----------|
| TITULARES | | SUPLENTE | |
| ROSE DE FREITAS | PRESENTE | 1. VALDIR RAUPP | PRESENTE |
| DÁRIO BERGER | PRESENTE | 2. HÉLIO JOSÉ | |
| MARTA SUPPLY | | 3. RAIMUNDO LIRA | |
| JOSÉ MARANHÃO | PRESENTE | 4. SIMONE TEBET | |
| EDISON LOBÃO | | 5. VAGO | |
| JOÃO ALBERTO SOUZA | | 6. VAGO | |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT) | | | |
|--|----------|--------------------|----------|
| TITULARES | | SUPLENTE | |
| ÂNGELA PORTELA | | 1. GLEISI HOFFMANN | |
| FÁTIMA BEZERRA | PRESENTE | 2. HUMBERTO COSTA | |
| LINDBERGH FARIAS | | 3. JORGE VIANA | |
| PAULO PAIM | | 4. JOSÉ PIMENTEL | PRESENTE |
| REGINA SOUSA | PRESENTE | 5. PAULO ROCHA | PRESENTE |
| KÁTIA ABREU | | 6. VAGO | |

| Bloco Social Democrata (PSDB, DEM) | | | |
|------------------------------------|----------|---------------------|----------|
| TITULARES | | SUPLENTE | |
| ANTONIO ANASTASIA | | 1. DAVI ALCOLUMBRE | |
| FLEXA RIBEIRO | PRESENTE | 2. RONALDO CAIADO | |
| ROBERTO ROCHA | PRESENTE | 3. EDUARDO AMORIM | |
| MARIA DO CARMO ALVES | PRESENTE | 4. ATAÍDES OLIVEIRA | PRESENTE |
| JOSÉ AGRIPINO | | 5. VAGO | |

| Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) | | | |
|---|----------|-------------------|----------|
| TITULARES | | SUPLENTE | |
| JOSÉ MEDEIROS | PRESENTE | 1. SÉRGIO PETECÃO | |
| VAGO | | 2. ANA AMÉLIA | PRESENTE |
| CIRO NOGUEIRA | | 3. LASIER MARTINS | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE) | | | |
|--|----------|-----------------------|----------|
| TITULARES | | SUPLENTE | |
| CRISTOVAM BUARQUE | | 1. JOÃO CAPIBERIBE | PRESENTE |
| LÚCIA VÂNIA | PRESENTE | 2. RANDOLFE RODRIGUES | |
| LÍDICE DA MATA | PRESENTE | 3. ROMÁRIO | |

| Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC) | | | |
|-------------------------------------|----------|---------------------|----------|
| TITULARES | | SUPLENTE | |
| PEDRO CHAVES | | 1. MAGNO MALTA | |
| WELLINGTON FAGUNDES | PRESENTE | 2. TELMÁRIO MOTA | PRESENTE |
| EDUARDO LOPES | | 3. ARMANDO MONTEIRO | |

Não Membros Presentes



Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

ROMERO JUCÁ
AIRTON SANDOVAL
VICENTINHO ALVES
CIDINHO SANTOS
ACIR GURGACZ

DECISÃO DA COMISSÃO

(PLC 89/2018)

NA 48ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A PRESIDÊNCIA DESIGNA RELATOR “AD HOC” O SENADOR JOSÉ MEDEIROS, EM SUBSTITUIÇÃO AO SENADOR CRISTOVAM BUARQUE.

NA OCASIÃO, A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CE, FAVORÁVEL AO PROJETO.

04 de Dezembro de 2018

Senadora LÚCIA VÂNIA

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte